

Morre-se mais de cancro nos Açores do que no resto do país

A doença oncológica representou 27% dos óbitos nos Açores entre 2017 e 2022, estimando-se que existam mais de 1.000 novos casos de cancro na região por ano, revelou ontem o Tribunal de Contas (TdC).

“Entre 2017 e 2022, a doença oncológica constituiu uma das principais causas de morte nos Açores (27% dos 14.329 óbitos registados naquele período), apenas superada pelas doenças do aparelho circulatório (29,3% daqueles óbitos)”, lê-se numa auditoria do TdC à Estratégia Regional de Prevenção e Combate às Doenças Oncológicas dos Açores, a que o nosso jornal teve acesso.

O tribunal alerta que os dados relativos à incidência de cancro no arquipélago estão desatualizados, sendo “expectável que o número de novos diagnósticos ultrapasse os 1.000 casos por ano”, apesar de estarem registados na “plataforma do Registo Oncológico Nacional apenas cerca de 500 casos anuais”.

“No que diz respeito à mortalidade por cancro, os Açores registaram as taxas (brutas e padronizadas) mais elevadas do país, apesar de apresentarem um perfil populacional mais jovem”, sublinham os juízes.

De acordo com a auditoria, o Cen-



tro de Oncologia dos Açores despendeu entre 2021 e 2023 cerca de 3,3 milhões de euros com a realização de “rastreios oportunistas” e a implementação dos programas de rastreio dos cancros da mama, colo do útero, cólon e reto e da cavidade oral.

De 2017 a 2023 foram realizados 246.229 rastreios ao abrigo daqueles quatro programas (dos quais 115.665 entre 2021 a 2023), que foram responsáveis pela deteção de 75,6% dos novos casos identificados na região (510).

O TdC alerta que “não existem evidências” acerca da monitorização do

Centro de Oncologia dos Açores (COA) aos tempos máximos de resposta garantida e recomenda a inclusão daquela informação nos relatórios dos programas de rastreio.

“Não existem evidências formais comprovativas da monitorização exercida pelo COA relativamente aos Tempos Máximos de Resposta Garantida (TMRG) estabelecidos para as diversas etapas dos quatro programas de rastreio, em particular a primeira consulta, informação crucial para se aferir a eficácia das políticas públicas”, realçam.

O tribunal destaca a importância de concluir o estudo adjudicado pelo Governo Regional em 2018 sobre os “fatores de risco específicos para o cancro nos Açores”, que poderá ser um “relevante contributo” para o combate ao cancro na região.

“O estudo ainda não foi concluído, continuando a invocar-se como fundamento para o atraso a pandemia de covid-19, quando o contrato foi celebrado pelo prazo de três meses, renovável. Contudo, de acordo com a informação prestada, estão a ser realizadas diligências junto do contratante, no sentido da conclusão do trabalho de campo”, é apontado na auditoria.

Em dezembro de 2018 foi assinado um protocolo entre a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC), a Direção Regional de Saúde e a Universidade dos Açores tendo em vista a realização de um estudo sobre o cancro no arquipélago.

Segundo o Registo Oncológico Nacional, divulgado em Dezembro de 2024, o cancro foi a segunda causa de morte em Portugal em 2021, com registo de 27.577 óbitos, o que representa cerca de 22% do total das mortes naquele ano.

Em 2021 foram diagnosticados 60.717 novos casos de doença oncológica em todo o território nacional.

Doentes regressam na próxima semana ao HDES com abertura completa do hospital modular

A Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, Mónica Seidi, anunciou ontem que está concluída a ampliação da sala de espera da urgência do Hospital Modular do Hospital Divino Espírito Santo (HDES), em Ponta Delgada, o que irá proporcionar um “maior conforto dos utentes”.

“Na preparação para o período do inverno e em antecipação do pico de afluência às urgências, o Governo dos Açores, em colaboração com o Conselho de Administração do HDES, procedeu à ampliação da sala de espera da urgência do Hospital Modular. Assegura-se, assim, um maior conforto dos utentes, evitando que os mesmos tenham de aguardar no exterior”, afirma a governante.

Segundo Mónica Seidi, “esta ampliação reflete-se num aumento de capacidade de 16 para 80 utentes que podem aguardar confortavelmente nas instalações”.

“De 30 m2 passamos para 110 m2 da sala de espera da urgência do Hospital Modular. Além disso, se no edifício do HDES tínhamos uma área de urgência abaixo dos 1.000 m2, estamos, no Hos-

pital Modular, com 1.415 m2, e o apoio de 13 camas em vez das anteriores 11”, especificou.

A Secretária Regional revelou igualmente que a empresa Draguer “iniciou esta Segunda-feira a preparação para montagem dos equipamentos pendentes, que serão colocados nos tetos do Bloco Operatório, Imagiologia, Cuidados Intensivos e Sala de Cesarianas”.

De acordo com a governante, “nas próximas semanas esta ação estará concluída, depois de os referidos equipamentos serem testados e certificados”.

Mónica Seidi elogiou o “empenho e dedicação de todos os profissionais de saúde, assim como de todas as entidades que, desde o primeiro minuto, têm ajudado o Serviço Regional de Saúde nesta fase”.

“Desde 4 de Maio do ano passado que o Governo dos Açores tem seguido à risca um plano de atuação que prioriza a segurança quer dos utentes, quer dos profissionais de saúde”, sustenta.

“Não podemos facilitar, e vamos continuar a tomar decisões que têm, naturalmente, sustentabilidade técnica asso-



ciada”, lembrou Mónica Seidi, uma vez que “toda esta situação é de uma enorme complexidade”. A Secretária Regional da Saúde e Segurança Social informou ainda que, na próxima semana, o Conselho de Administração do HDES comunicará à população o procedimento previsto para a saída de todos os serviços do HDES do Hospital CUF Açores, o regresso ao Campus Hospitalar do HDES e a abertura completa do Hospital Modular.

Segundo Mónica Seidi, “a manobra de saída do Hospital CUF Açores prevê-se complexa, mas está a ser a preparada minuciosamente para acautelar a segurança de todos os utentes e técnicos”.

“Apesar de todas as contrariedades resultantes de um acontecimento inédito no nosso país, o processo de recuperação do HDES está no caminho certo, a bem da população da ilha de São Miguel e dos Açores”, concluiu.